

CICATRIZES DE UM NOVO MUNDO

Flávio Gomes

especial para a **Folha**

A obra "Feitores do Corpo, Missionários da Mente - Senhores, Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas, 1660-1860" renova -com muitas qualidades em perspectivas- a historiografia brasileira sobre a escravidão. Rafael Marquese examina e compara manuais agrícolas e memórias econômicas que trataram -a partir das tradições cristãs e ilustradas- do governo dos escravos. Conexões, vínculos e diálogos cruzados transformam-se em eixos fundamentais numa abordagem que pretende avaliar como foram percebidas e interpretadas a administração e o controle sobre os cativos em diversos sistemas escravistas. E esse foi um debate (com expectativas e percepções diversas) transnacional e intercultural. Escapando da pouca amplitude das análises que tão somente enfatizaram as ordens nacionais escravistas, o autor nos conduz -dos séculos 17 ao 19- por Cuba, Brasil, Jamaica, São Domingos, Martinica, Guadalupe, sul dos EUA e Barbados. Vai mais longe. Apesar da importância e ao mesmo tempo da falta de sínteses disponíveis (mesmo em traduções) sobre os mundos da escravidão em outras sociedades, como o Caribe inglês e o francês, o sul dos EUA e Cuba, Marquese navega para além de um simples resumo e atualização bibliográfica. Com sofisticação teórica, investe na compreensão dos contextos intelectuais da produção de um ideário da administração de escravos entre vários letrados e suas obras. Articula, assim, cronologias, personagens, narrativas e eventos, conectando-os com pontos de inflexão sobre a gestão escravista nas Américas.

Erudição e clareza

Quais as bases dos pensamentos e dos instrumentos intelectuais utilizados pelos letrados? Houve relações entre teorias leigas e cristãs? Ou mudanças significativas no final do século 18? Ao reconstruir cuidadosamente várias concepções sobre a normatização de práticas senhoriais, é possível avaliar -abrem-se vários caminhos- faces (e fases) do processo de formação das sociedades escravistas atlânticas.

Muito bem escrito -misturando erudição e clareza-, a leitura do livro é um convite a mergulhar nas dimensões da racionalidade escravista. Esta é analisada no emaranhado das construções intelectuais/elaboração de idéias; e não entre supostas práticas obtusas de senhores e escravos ou a inexorabilidade do mercado. A partir das expectativas senhoriais, avaliam-se preocupações e significados das políticas escravistas dos fazendeiros. O contraponto da política escrava pode ser igualmente alcançado.

Para senhores e letrados -em tempos e espaços diversos-, problemas comuns se apresentavam, relacionando custos, preços, mortalidade, organização familiar, protestos escravos e críticas antiescravistas. E havia, por assim dizer, um mercado imperfeito de trocas de informação e circulação de idéias. No alvorecer do século 18, a propósito do aumento de fugas nas fronteiras norte da América

portuguesa com a Guiana Francesa, autoridades francesas comentavam que os cativos fugiam dos castigos senhoriais, acreditando que encontrariam melhor tratamento em terras lusitanas. Já no século anterior, proprietários franceses adotavam, em várias partes coloniais das Antilhas, políticas (introduzidas pelos holandeses) de concessão de pequenos lotes de terras -transformados em roças para sua subsistência e economia próprias- para os escravos cultivarem nos sábados e domingos. Tal prática era conhecida como "modo ou sistema do Brasil". É possível assim abordar a rearticulação de estruturas, projetos, agências, expectativas e processos nas diversas sociedades escravistas nas Américas. Idéias em torno da modernidade e do liberalismo dialogaram entre espelhos com sociedades escravistas diversas. Imagens do progresso, da suposta incompatibilidade, do uso de técnicas e da moralidade do trabalho ganharam vários focos. Há adequação de princípios. Desse modo, mundos atlânticos da escravidão se constituíram enquanto espaços de novas racionalidades políticas e econômicas. O que estava em jogo ? Controle sobre o trabalho e os trabalhadores. Ambos sob disciplina. Teorias a respeito da administração do trabalho escravo e posteriormente sobre o trabalho industrial assalariado -ainda que considerando suas especificidades- produziram interfaces. Só diferenças ou semelhanças não estavam em tudo. O caso de Cuba, já avançando para o século 19, é peculiar, posto que, diferentemente do Brasil e dos EUA, a lógica paternalista e a religião não tiveram nenhuma aplicação para o governo dos escravos. Menos a nação, mas sim a economia e a força de trabalho, contemplava mais interesse naquela ilha. Embora a construção da teoria brasileira sobre a gestão escravista tivesse partilhado das mesmas matrizes intelectuais, houve aqui a distinção fundamental a respeito de um ideal de paternalismo.

Sociedades conectadas

Não apenas especialistas, historiadores e interessados em escravidão encontrarão abrigo no texto de Marquese. Abrem-se janelas para uma renovada história do trabalho e do pensamento social, juntando sociedades coloniais, escravistas, pós-coloniais e do pós-emancipação.

Ainda que esse não seja o objeto do livro, destacaria a possibilidade da reflexão a partir dos vetores analíticos propostos sobre como as experiências da escravidão em várias sociedades estiveram conectadas.

Projetos em alguns lugares eram acompanhados com expectativas em outros. Impasses ali -numa determinada região e contexto- se transformavam em soluções acolá. Em 1831, o representante da legação brasileira em Londres enviou, para a corte do Rio de Janeiro, cópias transcritas da legislação e textos relativos à emancipação e medidas para a melhoria das condições de vida e trabalho dos escravos no Caribe inglês. Argumentava que tanto o governo imperial como as autoridades provinciais "estimarão conhecer bem miudamente como são tratados em diversas circunstâncias os escravos das colônias inglesas nas Índias Ocidentais".

Décadas antes, abolicionistas norte-americanos faziam propagandas nas quais surgiam idéias de paraíso racial no Brasil. Nas décadas de 70 e 80, o periódico inglês "The Anti-Slavery Reporter" (financiado pela The British and Foreign Anti-Slavery Society) acompanhava (mesmo com correspondentes enviados) com

muito interesse (publicando noticiário) a política imperial, disputas parlamentares em torno da emancipação e o movimento abolicionista no Brasil. É bom destacar como os debates e eventos envolvendo o fim do tráfico e os sentidos da emancipação tiveram impactos internacionais articulados tanto sobre as políticas escravistas como aquelas dos escravos. Para estas últimas, ainda aguardamos pesquisas e análises.

Conhecemos alguma coisa sobre os temores "haitianistas" -também em termos de retórica- no primeiro quartel do século 19, mas pouco avaliamos sobre a guerra de secessão. Isso considerando não só escravos e senhores mas igualmente libertos e homens livres pobres. Em algumas partes do Brasil, escravos sabiam da guerra norte-americana. Estariam preparando um grande levante em Serro, Minas Gerais, em 1864, segundo rumores e denúncias. Imagens e auto-imagens de várias sociedades escravistas foram construídas nesses circuitos de idéias. Por exemplo, as taxonomias sobre raça. Ou -mesmo- os sentidos da liberdade ou a memória da abolição.

Flávio Gomes é professor do departamento de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro e organizador, ao lado de João José Reis, de "Liberdade por um Fio - História dos Quilombos no Brasil" (Companhia das Letras).

Feitores do Corpo, Missionários da Mente

480 págs., R\$ 62,00 de Rafael de Bivar Marquese. Cia. das Letras (r. Bandeira Paulista, 702, conjunto 32, CEP 04532-002, SP, tel. 0/xx/ 11/3707-3500).